



Articulação Nacional de Agroecologia

Relatório:

Oficina sobre Sementes

GT-Biodiversidade / ANA

Rio de Janeiro, 20 e 21 de fevereiro de 2013

Relatora:
Flavia Londres

Índice

Apresentação	3
Debates realizados no dia 20 de fevereiro	3
Experiências de conservação e uso da agrobiodiversidade	4
1. GIAS: sementes tradicionais e resistência camponesa no Mato Grosso	4
2. MCP: agricultura camponesa e sementes tradicionais fortalecendo a resistência contra a pressão do agronegócio	5
3. Índios Krahô: do repatriamento de sementes do Banco de Germoplasma da Embrapa às feiras de sementes	7
4. ABD: o desafio da produção de sementes orgânicas	9
Debate em plenário	11
Debates realizados no dia 21 de fevereiro	14
Resgate e atualização de discussões rumo ao III ENA	14
Debate de encaminhamentos	19
Monitoramento dos direitos dos agricultores/as, povos e comunidades tradicionais e interface com as campanhas	19
Estudos e mapeamento de experiências	20
Monitoramento da PNAPO	22
Animação do GT	22
Propostas para o PLANAPO	22
ANEXO 1 – Lista de participantes	25

Apresentação

Dando continuidade ao debate realizado em setembro de 2012, em Brasília¹, aconteceu no Rio de Janeiro, nos dias 20 e 21 de fevereiro de 2013, uma Oficina do Grupo de Trabalho (GT) sobre Biodiversidade da ANA – Articulação Nacional de Agroecologia sobre o tema das sementes.

Estiveram representadas na Oficina 19 organizações provenientes de todas as regiões do país. Aquelas que não haviam apresentado suas experiências de conservação e uso da agrobiodiversidade na reunião de setembro de 2012 tiveram a oportunidade de fazê-lo logo no primeiro dia do encontro. As apresentações foram seguidas de debates acerca das experiências, analisando seus avanços e suas dificuldades, considerando especialmente aspectos relacionados à legislação e às políticas públicas.

No segundo dia do encontro foram debatidas propostas relacionadas às sementes/agrobiodiversidade para o processo preparatório do III Encontro Nacional de Agroecologia (III ENA), que será realizado em 2014, bem como propostas na área de sementes para a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), para apresentação na reunião da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica que aconteceria na semana seguinte.

A lista de participantes do encontro encontra-se no Anexo 1, ao final deste relatório.

Debates realizados no dia 20 de fevereiro

Paulo Petersen, da AS-PTA, abriu a Oficina apresentando os objetivos da reunião e resgatando os debates sobre o tema das sementes realizados na reunião do GT-Biodiversidade em setembro de 2012, em Brasília.

Na ocasião, haviam sido apresentadas 12 experiências de resgate, conservação, multiplicação, uso, intercâmbio e comercialização de sementes crioulas, bem como haviam sido debatidos os potenciais, as dificuldades e os desafios para o desenvolvimento do trabalho pelas organizações.

Foi aberto então o espaço para que quatro organizações presentes que não haviam exposto o seu trabalho com sementes ao GT-Biodiversidade em setembro de 2012 o fizessem.

Segue abaixo uma síntese dessas apresentações:

¹ <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2012/10/Relato-Oficina-ANA-Sementes-BSB-set20121.pdf>

Experiências de conservação e uso da agrobiodiversidade

1. GIAS: sementes tradicionais e resistência camponesa no Mato Grosso

O Grupo de Intercâmbio em Agricultura Sustentável surgiu em 1999 a partir de um grupo de estudos da Universidade Federal do Mato Grosso, que incluía a FASE, a CPT e o MST, entre outras organizações. A agência Pão Para o Mundo, que à época financiava projetos dessas organizações, ajudou a animar a criação do grupo, com o intuito de fortalecer a luta em defesa da agricultura familiar, da agroecologia e da sustentabilidade através de ações em conjunto.

As atividades do grupo começaram com visitas de intercâmbio entre as experiências apoiadas e/ou protagonizadas pelas organizações. Estes intercâmbios ajudaram a fortalecer a percepção de que era preciso criar uma rede para o enfrentamento ao agronegócio, que já naquela época vinha impactando de forma violenta no estado o direito à terra, aos territórios e o acesso à biodiversidade.

Foi então criado um plano estratégico para o grupo, com três linhas: a de promoção da agricultura familiar e agroecológica no Mato Grosso; a de comercialização; e a de gênero e resgate da agrobiodiversidade.

Com a entrada dos mercados institucionais para os produtos da agricultura familiar a partir de 2003/2004 foi criada uma outra rede no estado, específica sobre o tema da comercialização – que acabou, de certa forma, ocupando o espaço da linha estratégica do GIAS sobre o tema. Por outro lado, a descoberta de um universo de ações no estado sobre a conservação da agrobiodiversidade, incluindo festas de sementes, resgate de variedades tradicionais e a luta das mulheres guardiãs da biodiversidade favoreceu a ação do grupo no sentido de animar diversas experiências neste campo.

Com o passar dos anos e a diminuição das fontes de financiamento, a capacidade do grupo de organizar ações, visitas e outras atividades foi diminuindo. A certa altura os recursos próprios do GIAS acabaram e o grupo começou a trabalhar apenas com recursos das entidades que o compõem. Atualmente participam 40 entidades, das quais dez formam a coordenação. Como o GIAS não tem recursos para animar ações em todo o estado do Mato Grosso, as ações hoje acabam bastante focadas nas atividades que as suas entidades desenvolvem.

O grupo conta ainda com uma Casa de Apoio à Coordenação, uma Casa de Sementes e um Banco de Informações sobre Sementes (BIS), que atualmente possui mais de 750 cadastros de variedades de sementes tradicionais, catalogadas a partir de uma ficha construída coletivamente.

O BIS conta com uma plataforma online (www.gias.org.br) à qual atualmente só têm acesso as entidades do próprio GIAS. O grupo pretende, entretanto, começar a abrir seu acervo de informações a outras organizações.

O principal desafio do GIAS hoje é reorganizar o apoio financeiro de modo a reestruturar uma base de animadores para o trabalho de intercâmbio e de resgate de sementes, bem como a campanha de promoção da agricultura sustentável.

Há também uma ameaça relacionada à contaminação pelas sementes transgênicas. Muitas comunidades possuem variedades tradicionais de milho que estão sob risco de contaminação. E o BIS, por sua vez, conserva apenas pequenos volumes de cada variedade. Nesse sentido, outro grande desafio do grupo é conquistar escala de produção de sementes para ofertar na época de plantio, inclusive através do PAA-Sementes, gerido pela Conab.

Para maiores informações: em outubro de 2007 a *Revista Agriculturas* publicou o artigo "[Sementes tradicionais e a resistência camponesa ao agronegócio em Mato Grosso](#)", que conta a história do GIAS.

2. MCP: agricultura camponesa e sementes tradicionais fortalecendo a resistência contra a pressão do agronegócio

Em Goiás são muito difundidas as monoculturas de cana, soja e eucalipto. As mineradoras também exercem forte pressão na região. Mas, além da forte presença do agronegócio, existe um importante trabalho da agricultura familiar, que inclui atividades de resgate, avaliação, multiplicação, conservação, comercialização, distribuição e uso de sementes tradicionais.

O Movimento Camponês Popular (MCP) possui um "Programa de Ação para a Produção de Sementes, Mudanças e Raças Crioulas", que tem o objetivo de construir com as famílias camponesas experiências de resgate, multiplicação, produção e uso de sementes, mudas e raças crioulas. Para a organização, essa ação concreta dos camponeses e camponesas constitui a base para a construção de um projeto popular de agricultura a partir dos princípios da agroecologia.

O Programa de sementes possui 13 linhas de ação, a saber:

1. Resgate de variedades de sementes, mudas e raças crioulas;
2. Implantação de ensaios participativos;
3. Implantação de unidades demonstrativas;
4. Melhoramento de variedades crioulas através da seleção massal;
5. Multiplicação de sementes, mudas e raças crioulas;
6. Produção de sementes em lavouras familiares e comunitárias;
7. Autonomia: estímulo para que cada família e/ou grupo (comunidade) produza e armazene suas próprias sementes e mudas;
8. Ampliação da multiplicação de variedades crioulas de arroz, feijão, mandioca, leguminosas etc.;
9. Aperfeiçoamento da seleção e armazenamento das sementes e mudas crioulas (bancos de sementes);
10. Melhoria da infraestrutura para os trabalhos com sementes crioulas;
11. Inclusão das mulheres nos trabalhos com sementes crioulas;
12. Produção de sementes para o PAA e destinação das mesmas ao "Programa de Erradicação da Pobreza no Campo", do governo Federal, para atender as famílias camponesas de baixa renda no campo, as comunidades quilombolas e povos indígenas;
13. Busca de apoio junto aos órgãos públicos para assistência técnica, capacitação e melhoria da infraestrutura de trabalho.

A organização tem realizado trabalho de resgate de variedades crioulas, bem como de avaliação das sementes para comparação de desempenho agrônômico e de outros parâmetros considerados relevantes pelos agricultores (como, por exemplo, o empalhamento do milho). Após a colheita, são avaliadas características como tempo de cozimento, sabor etc. Esse trabalho é conduzido de maneira participativa com os agricultores, constituindo também um processo de formação, e conta com a parceria de pesquisadores da Embrapa (Altair Toledo Machado, Cynthia Toledo Machado e Josefino Fialho).

O MCP organiza também campos de multiplicação e plantio de unidades demonstrativas de sementes de diversas espécies, incluindo adubos verdes. O trabalho com hortaliças também está começando. Muitas vezes as variedades mais produtivas não são aquelas preferidas pelos agricultores e, assim, as variedades preferidas costumam ser incluídas nesses plantios.

Outra atividade desenvolvida pela organização é a implantação de corredores agroecológicos, com faixas de cultura e de adubos verdes intercaladas. A cada ano, inverte-se a posição das faixas.

Todos os anos acontece um seminário sobre sementes crioulas, um espaço de formação e animação que reúne as famílias, técnicos e organizações parceiras. A cada três anos é realizada uma festa nacional de sementes crioulas.

Desde 2006 o MCP organiza a venda de sementes para a Conab através do PAA-Sementes. A tabela abaixo mostra a evolução dessas vendas até 2012:

Ano	Quantidade (kg)	Valor (R\$)
2005		
2006	141.140	309.096,60
2007		
2008	71.500	214.890,00
2009		
2010	38.000	111.575,00
2011	113.083	346.024,00
2012	106.181	
Total	460.904	951.875,60

A meta de comercialização de sementes via PAA para 2013 é de 200 toneladas. As sementes comercializadas são todas crioulas, sendo 7 variedades de milho, 6 de feijão e 5 de arroz.

Em 2012 o MCP firmou contrato com a Conab através de chamada pública, na operação compra e doação simultânea. A organização faz testes de germinação, mas não empacota as sementes: elas são transferidas das bombonas diretamente para sacos trazidos pelos beneficiários da distribuição.

Cada agricultor pode vender até R\$ 1.700,00 de sementes de milho para o PAA. É o próprio MCP quem identifica e seleciona as famílias interessadas em receber as sementes e organiza a distribuição junto aos assentamentos, comunidades quilombolas e outras comunidades rurais. Não há um limite para a quantidade de sementes que os beneficiários podem receber.

Além do PAA-Sementes, os agricultores do movimento comercializam sementes através das prefeituras.

A organização já possui 600 bombonas de 200 litros para armazenar sementes, uma selecionadora e uma classificadora de sementes. Além disso, as comunidades têm acesso a uma casa com local disponível para armazenar sementes. Neste ano o movimento deverá receber mais equipamentos para melhorar a Unidade de Beneficiamento de Sementes (UBS), através de um projeto do MDA em parceria com a prefeitura. Existem ainda 7 bancos de sementes comunitários.

Atualmente existem 130 famílias produzindo sementes para comercializar, além daquelas que produzem para o autoconsumo. Houve um momento na história da organização em que havia mais famílias interessadas em participar da produção de sementes para o PAA, mas percebeu-se que, quando a produção era muito grande, o trabalho de melhoramento acabava sendo abandonado e havia perda de qualidade. O MCP optou por primar pela qualidade das sementes mesmo que, com isso, tivesse que limitar a escala de produção.

A contaminação pelos transgênicos representa uma importante ameaça ao trabalho de conservação das sementes tradicionais. Os técnicos da organização avaliam os riscos de contaminação em função da proximidade entre os campos de sementes e lavouras próximas onde se plantam transgênicos, orientam os produtores e vistoriam a produção, mas não realizam o teste de contaminação.

3. Índios Krahô: do repatriamento de sementes do Banco de Germoplasma da Embrapa às feiras de sementes

Quase 13% do território brasileiro são constituídos de terras indígenas. A taxa de mortalidade infantil indígena é duas vezes maior que a do resto da população e a maior incidência de fome entre indígenas está onde as áreas são menores.

Nas décadas de 1960-1970 vários países começaram a colecionar sementes e estruturar centros de germoplasma. Houve nessa época um grande esforço de identificação e coleta de sementes junto a comunidades tradicionais e indígenas. A Embrapa tem a terceira maior coleção de recursos genéticos do mundo, que cresceu quando o intercâmbio de sementes era mais facilitado. Só de batata-doce, por exemplo, há cerca de 600 variedades no banco da Embrapa. Com a aprovação do Tirfaa (Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Agricultura e Alimentação), em 2001, a troca de material genético entre países foi dificultada – a partir de então, somente as espécies que fazem parte do acordo continuaram a ser intercambiadas.

O que a experiência com os índios Krahô traz de inovador é a interface entre o sistema de conservação *ex situ* com a conservação dinâmica, *in situ* e *on farm*.

Nos anos 1978-1979 a Embrapa coletou sementes tradicionais de milho na terra dos índios Xavante.

Em 1993 a Associação União das Aldeias Krahô discutia o associativismo e lembrava da época em que as roças eram mais biodiversas. O governo havia então desestruturado agricultura de lógica familiar incentivando a realização de mutirões e levando cestas básicas, e a insegurança alimentar havia aumentado.

Em 1995 os índios Krahô foram à Embrapa e solicitaram a reintrodução de variedades locais. Abriu-se então a Coleção Base de Germoplasma (Colbase) e foram encontradas variedades de milho e amendoim que os indígenas haviam perdido (as sementes haviam, na verdade, sido coletadas entre os índios Xavante).

Começou então a parceria entre a Embrapa e os índios Krahô, sob a ótica da conservação dos recursos genéticos locais. O projeto envolve diversas linhas e ações que incluem a identificação dos guardiões de sementes, identificação de redes de compadrio, construção do calendário sazonal de plantio, estudo de ritos e mitos relacionados à conservação da agrobiodiversidade indígena e construção de catálogos de variedades tradicionais conservadas no BAG (Banco Ativo de Germoplasma da Embrapa). Foram coletados 50 tipos de favas krahô e feita a comparação com as favas que estavam no banco de germoplasma. Também estão sendo feitas avaliações de variedades de arroz.

Uma das coisas que deram muito certo foram as Feiras de Sementes. Elas começaram pequenas, com trocas entre aldeias, e a última contou com a participação de 2.500 pessoas. Esses eventos duram uma semana e neles acontecem diversas manifestações culturais entre ritos, danças, trocas de conhecimento sobre artesanatos, hábitos culinários etc. Uma ideia interessante que surgiu nas últimas feiras foi a de organizar uma premiação para as aldeias que levassem o maior número de variedades de cada espécie.

Antes do início desse projeto o povo Krahô estava sempre pedindo sementes para a Funai. Como resultado do trabalho, já faz alguns anos que isso não acontece mais.

As feiras de sementes Krahô também têm servido de exemplo e inspirado iniciativas semelhantes entre outros povos indígenas. Os índios Parecis já realizaram três encontros de sementes e, no ano passado, os índios Kaiapó organizaram sua primeira feira de sementes, que reuniu mais de mil pessoas.

Algumas espécies de plantas que estavam desaparecidas também têm sido resgatadas. O cipó kupá é um exemplo: ele era muito utilizado na alimentação, mas seu preparo leva 12 horas. Com a chegada do arroz, o kupá foi facilmente substituído. Recentemente, algumas aldeias manifestaram o interesse em resgatar o kupá – pessoas mais velhas tinham saudade do velho hábito alimentar. E conseguiram resgatar a planta do banco de germoplasma da Embrapa (note-se que não se trata de um mecanismo fácil – o processo para se retirar uma variedade do banco tem cerca de mil páginas).

A partir das feiras também surgiu um movimento para o enriquecimento de quintais e para a promoção da agroecologia. As feiras de sementes constituem de fato um importante método para a conservação dos recursos genéticos locais.

A próxima feira Krahô acontecerá em setembro e as organizações da ANA estão todas convidadas.

Uma proposta importante a ser defendida pelas organizações da ANA, assim como pelos indígenas, é a criação de mecanismos facilitados para o acesso aos bancos de germoplasma oficiais.

4. ABD: o desafio da produção de sementes orgânicas

A Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica realiza atividades de assistência técnica, pesquisa, apoio à comercialização de produtos orgânicos e biodinâmicos, sistema participativo de garantia (SPG) e preparados biodinâmicos. Também organiza cursos, conferências e publicações e participa da Rede de Biodinâmica na América Latina.

A partir de 2006 a organização começou a estruturar a Rede de Sementes Crioulas e Biodinâmicas, e também a trabalhar na produção de sementes. Este trabalho está presente em quatro estados (SP, GO, PR e MG) e envolve aproximadamente 90 agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Esses produtores estão localizados em regiões onde houve grande perda da agrobiodiversidade (erosão genética) no passado. São áreas que necessitam, na maioria dos casos, de reintrodução de biodiversidade agrícola de outras regiões para que as comunidades possam, no futuro, desenvolver seus materiais crioulos.

O trabalho está focado principalmente em sementes de hortaliças, pois além da Bionatur não há nenhuma outra empresa que forneça sementes orgânicas de hortaliças para os produtores orgânicos e biodinâmicos. Tem sido realizado o melhoramento participativo de diversas hortaliças, ensaios de variedades crioulas e a capacitação de agricultores e técnicos, além de ter sido estruturada uma Casa de Sementes na ABD, que conta com um banco de sementes e possui um pequeno laboratório (não oficial), com câmara de avaliação com controle de temperatura e umidade e materiais para a realização de testes de pureza e germinação.

Este ano a ABD se registrou no Renasem como produtora e embaladora de sementes (a associação também revende sementes da Bionatur), mas na prática tem trabalhado mais com sementes crioulas devido à dificuldade de se produzir sementes registradas.

A organização criou ainda o programa “Bolsa Sementes”, que disponibiliza um pequeno recurso para alguns agricultores no sentido de estimulá-los a produzir sementes, e elaborou uma Cartilha das Sementes Crioulas em linguagem adaptada ao agricultor familiar.

Em 2010 a ABD participou, junto com outras entidades, da organização da I Feira de Troca de Sementes Tradicionais do Estado de São Paulo, na cidade de São Paulo. A II Feira foi realizada em 2011, em Botucatu, e a terceira em 2012, em Cunha.

A ABD está agora começando a trabalhar também no sul de Minas Gerais. Lá já foram resgatadas algumas variedades crioulas e foram realizadas duas feiras de sementes (uma em Maria da Fé, em 2011, e outra em Córrego do Bom Jesus, em 2012). Há um projeto para a criação de casas de sementes em Minas Gerais também. A organização já possui uma geladeira, pois sem refrigeração as sementes de hortaliças só duram até 2-3 anos.

A organização tem uma parceria com a Embrapa e conta com o apoio do pesquisador Irajá Ferreira Antunes (Embrapa Arroz e Feijão). Entre outras atividades, o pesquisador realizou com os agricultores o “teste da panela” para o feijão (nem sempre o feijão mais produtivo é o mais gostoso).

Outra parceria, com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), viabilizou a realização de cursos para capacitação de agricultores e técnicos na organização e gestão de bancos comunitários de sementes de adubos verdes. Em 2012, através de um contrato de consultoria com o ministério, foram produzidas oito cartilhas, relativas a dez culturas (guandu, crotalária, alface, tomate, cenoura, abóbora, milho, feijão, feijão-de-corda e arroz), para capacitação dos agricultores para produção da própria semente. As culturas foram definidas em oficina com vários grupos de agricultores.

Também através de parceria com o MAPA está sendo elaborado o conteúdo técnico de uma cartilha, dirigida a agricultores, sobre obtenção e conservação de sementes de cultivares locais, tradicionais ou crioulas importantes para a segurança alimentar e de espécies vegetais utilizadas para adubação verde, em propriedades rurais e em bancos comunitários. O material deverá ficar pronto em outubro de 2013.

Há uma questão importante que precisa ser mais debatida entre as organizações: os direitos de propriedade intelectual sobre sementes produzidas e comercializadas por agricultores familiares. A vagem é um bom exemplo: as sementes registradas são muito caras, custam cerca de R\$ 100/kg nos mercados, e as cultivares são protegidas. Os agricultores estão produzindo essas sementes, mas como se trata de espécie autógama, supõe-se que as características genéticas das variedades não se alterem em poucos anos. Assim, os agricultores temem o risco de serem processados pela violação de direitos de propriedade intelectual.

Outra questão importante é o acesso aos recursos genéticos conservados por instituições públicas. As empresas mantenedoras de variedades comerciais não disponibilizam sementes para a reprodução (básicas, C1, C2, S1 ou S2). A Embrapa mantém sementes de diversas variedades de hortaliças, mas tampouco as disponibiliza. Desde agosto de 2011 a ABD vem tentando comprar essas sementes e até agora só teve acesso a uma variedade de tomate mantida pelo Instituto Agrônomo de Campinas (IAC).

No caso das mudas de frutíferas a situação é semelhante. Há um centro de pesquisas do governo do estado de São Paulo que possui 1.100 variedades de citrus. O centro vende borbulhas para a produção de mudas. As borbulhas são convencionais, mas as mudas produzidas a partir delas podem ser orgânicas. Ou seja, existem recursos genéticos conservados pelas instituições de pesquisa, mas não estamos tendo acesso a eles.

Os principais desafios enfrentados pela organização atualmente são:

- A produção comercial de sementes de hortaliças em função das restrições impostas pela legislação;
- O acesso a materiais genéticos das instituições públicas (IAC, Embrapa etc.);
- A produção de mudas orgânicas de espécies frutíferas;
- A formação de redes no estado de São Paulo para a conservação de hortaliças;
- O fortalecimento dos guardiões de sementes;

- O registro de cultivares crioulos no RNC: a organização pretende selecionar materiais de interesse dos agricultores e registrá-los no RNC em nome de associações, de modo a possibilitar a produção comercial de sementes para os produtores orgânicos;
- Estabelecer parceria com o Cenargen/Embrapa, que realiza a conservação *ex situ* de sementes, para conservar algumas variedades.

Debate em plenário

Após as apresentações, foi aberto o debate com o público do plenário. Com a perspectiva do recebimento da primeira versão do PLANAPO (Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica) no dia seguinte, o debate foi orientado no sentido de resgatar as propostas relativas a políticas sobre sementes já debatidas em reuniões anteriores, como também de discutir novas propostas, à luz da construção de um novo Programa de Agrobiodiversidade no âmbito da PNAPO.

Segue abaixo uma síntese das falas mais representativas da discussão:

- As experiências locais estão cercadas fisicamente, pela ameaça dos transgênicos, por exemplo, mas juridicamente também, através de amarras na legislação. O PAA só conseguiu avançar porque se conseguiu um mínimo de segurança jurídica (uma pequena brecha na Lei de Sementes). Talvez seja mesmo estratégico atuar nessas duas frentes, massificando experiências e também enfrentando a questão legal.

- A tendência é sempre transformar semente em “insumo” e, como já discutimos aqui, a semente não é só insumo, pois ela não é desassociável da gestão comunitária, de hábitos alimentares, cultura etc. Mas nas propostas da PNAPO essa dimensão não está explícita. É preciso integrar a ATER às políticas sobre sementes, articular e não fragmentar os instrumentos.

- Uma dificuldade para o trabalho de conservação da agrobiodiversidade nos territórios é a pressão dos mercados, que puxa pela especialização, que por sua vez leva à simplificação alimentar. É preciso pensar sobre como lidar com isso na PNAPO.

- Há regiões onde as sementes crioulas ainda são cultivadas e fazem parte do hábito alimentar e cultural das comunidades. Para reconstruir mercados locais é fundamental resgatar esse valor e recolocar essas variedades nos circuitos locais de distribuição e consumo. Isso é um desafio maior onde a erosão genética foi mais profunda, mas nosso papel é também esse: ativar mercados locais de produção e consumo das variedades, revalorizando-as.

- Há também o problema dos agricultores em geral (não necessariamente familiares/agroecológicos) que querem adquirir sementes convencionais e não conseguem. Quem vai fornecer sementes para esse público? Precisamos enfrentar esse problema com soluções diferenciadas. No Paraná, por exemplo, o Iapar deveria estar disponibilizando sementes para os agricultores de todo o Estado, mas isso não acontece. Precisamos então alcançar escala de produção e distribuição de sementes.

- Outro tema central é a proposta da criação de áreas de conservação da agrobiodiversidade (na prática, áreas livres de transgênicos), pois nosso patrimônio genético está todo muito

ameaçado. Nesse caso, precisamos estabelecer alianças para mudar a legislação (seria o caso de buscarmos o apoio da Abrange, do Grupo Maggi etc.?).

- Devemos trabalhar sob a ótica da afirmação dos direitos dos agricultores, povos e comunidades tradicionais, bem como do direito dos consumidores de terem acesso a alimentos saudáveis, para não ficarmos só no embate econômico e ambiental. Uma estratégia nesse sentido é dar visibilidade aos sujeitos (os guardiões, curadores da agrobiodiversidade) e à importância das práticas tradicionais para conservar sementes.

Informe sobre projeto de Rede de Sementes da ASA, com apoio da Conab

- Em seminário realizado pela ASA-PB em 2012, organizações da sociedade civil recolocaram a questão das Políticas Públicas sobre sementes na região semiárida. A partir desse debate surgiu uma proposta de estruturar melhor as estratégias de conservação das sementes no público da ASA, em vários estados. Foi então elaborado um projeto para todo o semiárido, articulando duas estratégias: uma centrada na ampliação de Bancos de Sementes Comunitários (BSCs) para todo o semiárido (o projeto prevê a criação de 1.500 BSCs; compra de kits para monitoramento de contaminação por transgênicos), e outra vinculada à gestão coletiva de recursos genéticos (realização de feiras, intercâmbios, atividades de formação etc.). O projeto inclui ainda a ideia de fortalecer participação das organizações no PAA-Sementes, na perspectiva de que a política permita realizar a recarga de sementes nos BSCs em épocas críticas, a partir de recursos genéticos locais. O projeto está sendo negociado com o MDA e prevê a alocação de R\$ 15 milhões em um ano. É importante frisar que esta proposta está assentada no acúmulo que já existe na região semiárida sobre este tema.

- Esse projeto da ASA vai ao encontro dos princípios que buscamos (identificados e debatidos nas reuniões anteriores), sustentados na convicção de que as organizações locais têm um papel fundamental a cumprir na gestão material e na gestão do conhecimento sobre sementes. As ações em rede e articulações através de festas, feiras etc. são outro elemento fundamental para um programa dessa natureza, que busca ganho de escala sem comprometer a diversidade. Outro princípio fundamental é a articulação com a ATER e, eventualmente, com a pesquisa na produção de conhecimento, avaliação de materiais, reintrodução de variedades etc.

Sementes de hortaliças

- A Bionatur trabalha prioritariamente com hortaliças e a produção partiu das sementes registradas (“por dentro da lei”). Mas a organização vem passando muitas dificuldades para o cumprimento da legislação. Em março de 2012 deixou de vigorar uma Instrução Normativa que permitia que a produção de sementes comerciais a partir de sementes de geração S2 (pois havia um prazo para as empresas, cooperativas e produtores de sementes se adequarem à nova lei). Com essa mudança, quase toda a produção da Bionatur passou para a “clandestinidade”. Os materiais reproduzidos têm mantenedor, portanto não são crioulos, mas a organização não consegue acessar as gerações anteriores (semente básica, C1, C2 ou S1), pois as os mantenedores não as disponibilizam. Há 180 agricultores que conseguiram nesse ano colher e vender sementes, mas não sabemos como vai ser no futuro. A Bionatur consultou todos os mantenedores das variedades com as quais trabalha, solicitando sementes da categoria S1. Para sua grande surpresa, cinco das seis empresas contatadas responderam que não tinham sementes S1 daquelas variedades, nem para elas próprias. A empresa que não respondeu foi a

Isla, cujo representante é o presidente da Subcomissão de Sementes do RS. Ele ligou para a Bionatur dizendo que estariam juntos no pleito à Subcomissão para que a IN fosse reeditada, ampliando o prazo para a multiplicação de sementes S2 (o que já foi feito para espécies forrageiras), pois todas as empresas estão na mesma situação que a Bionatur.

- Há questões específicas sobre a produção de hortaliças que não estão sendo debatidas pelo GT-Biodiversidade. Existe uma diversidade muito grande de variedade de hortaliças que são conservadas por alguns agricultores, mas que não são crioulas – podem ser acriouladas, mas não são crioulas. Ainda não sabemos como lidar com isso.

- O desaparecimento das variedades crioulas de hortaliças é gigantesco e isso nos coloca grandes desafios. Precisamos pensar em estratégias para restaurar a capacidade de autonomia local na gestão dessas sementes. Precisamos avaliar o papel da Embrapa e outros centros de pesquisa nesse processo, com disponibilização de recursos genéticos e repatriamento de variedades.

- Existe uma técnica específica para hortaliças chamada fusão de protoplasma. Não se trata de transgenia, mas é uma técnica biotecnológica usada em híbridos de brassicas (repolho, chicória, brócolis, couve-flor...), que permite o cruzamento de plantas que não se cruzariam naturalmente (permite, por exemplo, o cruzamento entre repolho e rabanete). O objetivo da técnica é facilitar a produção de híbridos. Devemos lutar para que essa técnica seja banida, ao menos da agricultura orgânica. Atualmente 90% das sementes de hortaliças são híbridas e, em pouco tempo, essa técnica deve dominar a produção de sementes de hortaliças.

- Devemos buscar o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) de Santa Catarina, pois elas desenvolvem um importante trabalho sobre sementes crioulas de hortaliças.

Bancos de sementes oficiais

- É preciso discutir a proposta de se colocar sementes crioulas nos bancos de sementes oficiais. Há algumas organizações que estão estabelecendo parcerias com a Embrapa neste sentido. É preciso garantir que as organizações de agricultores tenham acesso a essas sementes no futuro, caso necessitem da reintrodução de materiais genéticos.

- A experiência Krahô de reintrodução de variedades conservadas no Cenargen deve ser replicada em outros lugares. É preciso pressionar a Embrapa para “abrir a geladeira”.

Mudas

- Recentemente uma organização local de Santarém ganhou um edital da Oxfam para a produção de mudas da Amazônia. Essa organização concorreu com grandes produtores de mudas, registrados. A associação então foi denunciada, pois não tinha o registro das mudas, e o MAPA impôs uma multa altíssima. A questão é: as organizações só conseguem de fato trabalhar quando não concorrem no grande mercado. Na realidade, essas associações de agricultores e comunidades tradicionais deveriam ser isentas das burocracias impostas ao setor de produção de mudas registradas.

Debates realizados no dia 21 de fevereiro

A manhã do segundo dia do encontro foi dedicada a discutir as atividades de preparação ao III ENA relativas ao tema das sementes. Observou-se que haverá uma grande mobilização nos estados nos próximos meses e que cabe à ANA pensar em estratégias nacionais, mas que possam ganhar especificidade a partir das regiões e territórios. Falou-se também sobre o alto grau de dispersão das iniciativas e do fato de que não se tem conseguido, no âmbito da ANA, levar a cabo uma estratégia de politização das experiências. É preciso construir capacidade política para monitorar, incidir e pautar a construção de um programa nacional de agrobiodiversidade.

No processo de construção da PNAPO algumas ideias já foram debatidas e propostas foram elaboradas no tema da agrobiodiversidade. Há também algum recurso para a realização de atividades sobre o tema.

O CAA-NM iniciou recentemente a execução de um projeto sobre o TIRFAA, através do qual também animará um conjunto de ações sobre o tema.

Propôs-se, assim, iniciar o debate com um resgate e atualização sobre essas propostas e atividades, bem como sobre a Campanha Por um Brasil Ecológico, Livre de Transgênicos e Agrotóxicos e suas estratégias para esse ano, para então entrar na discussão de prioridades e planejamento sobre o tema das sementes no processo preparatório ao III ENA.

Resgate e atualização de discussões rumo ao III ENA

O tema das sementes na construção da PNAPO e do III ENA

Aconteceu dezembro de 2012, em Luziânia – GO, o [Seminário Nacional Convocatório ao III ENA](#), reunindo cerca de sessenta pessoas. Houve um debate sobre o contexto político e percebeu-se uma grande convergência na leitura do cenário, que inclui uma importante ofensiva do agronegócio nos territórios, que vem ganhando espaço dentro do governo, mas também um esforço de construção de unidade entre os movimentos sociais, expresso fortemente pelo Encontro Unitário que aconteceu em agosto de 2012 em Brasília.

Percebeu-se também que, em que pese a hegemonia do agronegócio, a agroecologia está se fortalecendo nos territórios e ganhando força na agenda dos movimentos. O debate em torno à construção da PNAPO cumpriu um papel importante nesse fortalecimento.

A previsão é que o III ENA aconteça no primeiro semestre de 2014, talvez em São Paulo. Fizemos o diagnóstico de que falamos para nós mesmos e temos pouca capacidade de evidenciar a importância da agroecologia para sociedade como um todo. Definiu-se que esse será o ENA de comunicação com outros setores da sociedade, um momento de buscar maior expressão pública da agroecologia.

Definiu-se que o processo de preparação ao Encontro terá ênfase nos territórios e nos estados. Serão organizados encontros estaduais de agroecologia em todos os estados onde for possível e será desencadeado o processo das caravanas territoriais. Haverá também um investimento forte na área de comunicação, incluindo a produção de material a partir dessas atividades preparatórias, boletins, programas de rádio, vídeos etc.

Há recursos do MDA alocados na Conab, já assegurados, que podem viabilizar algumas dessas atividades.

Há também a ideia de aproveitar esses recursos para organizar alguns estudos, sistematizações sobre alguns territórios, buscando visibilizar os impactos positivos da agroecologia, o seu papel no desenvolvimento dos territórios. Devemos escolher alguns territórios emblemáticos de ampliação de escala da agroecologia e produzir estudos para divulgar esses resultados.

Para Cúpula dos Povos foram produzidos quatro documentários sobre agroecologia, buscando visibilizar o tema para sociedade. Agora estamos negociando com a Fiocruz a produção de uma série, com outros cinco documentários. Podemos propor que um desses seja focado em sementes. E há outros dois documentários focados na saúde (plantas medicinais e agrotóxicos), em projeto com a Cáritas. Temos outro projeto com a Oxfam com recurso para comunicação, para a produção de programas de rádio sobre agroecologia. Podemos também propor que alguns desses programas sejam sobre tema das sementes.

Projeto sobre o Tirfaa e seminário em Montes Claros

O projeto sobre o Tirfaa envolve pesquisadores da Embrapa, de universidades federais e várias organizações do semiárido mineiro. Ele foi apresentado à FAO e foi contemplado com o Fundo Tirfaa.

Essas organizações vêm percebendo que as mudanças climáticas têm gerado no semiárido mineiro efeitos mais severos que em outras partes do Brasil. Organizou-se então, no âmbito do projeto, um seminário articulando pessoas de várias partes da região, incluindo povos indígenas, quilombolas e povos tradicionais, buscando entender melhor a questão e os efeitos dessas mudanças na agrobiodiversidade e na agricultura. A discussão das sementes é estratégica nesse contexto, mas a organização está pensando na segurança alimentar de forma mais ampla, pois o agroextrativismo (outro tema ligado à agrobiodiversidade) é muito forte na região. Os debates realizados no seminário levaram à constatação de vários efeitos das mudanças climáticas e da importância da agrobiodiversidade como estratégia de resiliência dos agroecossistemas. Outra dimensão nesse debate é a questão dos direitos dos agricultores. Ela inclui a questão dos transgênicos, que é uma ameaça em todas as regiões.

Foram observadas também as dificuldades de se manter algumas estratégias de conservação da agrobiodiversidade por conta da questão legal, que precisa ser enfrentada. Precisamos montar uma agenda este ano para discutir esse tema, até porque a regulamentação do Tirfaa tem sido um estopim para o governo tratar da questão. Um grupo que inclui a Terra de Direitos, o Silvio Porto (Conab), a Juliana Santilli (Ministério Público) tem pensado sobre como reabrir essa pauta, envolvendo também o Consea. Nossas atividades estão ancoradas em uma brecha de lei, e não poderemos sustentar isso por muito tempo, é preciso criar um marco legal favorável à conservação da agrobiodiversidade.

Outra coisa importante que está acontecendo é uma negociação com a Embrapa no sentido de “abrir a geladeira” do Cenargen. Materiais genéticos do Norte de Minas deverão ser disponibilizados para serem conservados pela Embrapa, mas as organizações demandam que, em troca, possam também acessar materiais do banco de germoplasma estatal. Algumas comunidades chegaram a perder completamente algumas variedades com a forte seca dos últimos três anos. Juliana Santilli e alguns pesquisadores da Embrapa estão assessorando as organizações nessa negociação.

Campanha Por um Brasil Ecológico, Livre de Transgênicos e Agrotóxicos

Do ponto de vista nacional, a Campanha está com um grupo muito reduzido de entidades que acompanham a questão no dia a dia, são basicamente a AS-PTA e a Terra de Direitos. Uma das frentes importantes deste trabalho é a questão judicial – atualmente há duas ações em curso, em diferentes fases de julgamento (uma pede a suspensão geral do milho transgênico, e outra, desdobramento da primeira, está ligada à questão da contaminação). Há relatos de todas as regiões sobre o cercamento em função do avanço do milho transgênico, o que justifica a tentativa do enfrentamento também pela via judicial.

Outra frente de ação é a da informação, tanto para o público amplo, como para o nosso campo, monitorando as ameaças, divulgando os estudos que são publicados, cada produto que é liberado etc. Isso é um desafio permanente e temos que investir também nesse sentido na estratégia do III ENA.

E outro campo de ação é o que envolve o grupo de cientistas que acompanham a CTNBio. Hoje vivemos um contexto extremamente adverso, com liberação acelerada de transgênicos, mas por outro lado temos o maior número de cientistas comprometidos que já tivemos lá dentro (9 entre de 57), todos sabendo o que estão fazendo e onde estão pisando, sabendo que nunca vão ganhar nenhuma votação, mas enxergando o sentido de se fazer a resistência lá dentro e de levantar informações sobre as contradições e falhas nos processos de liberação. Sempre ganhamos no debate e perdemos no voto, então temos que buscar formas de dar visibilidade e explorar isso.

Neste ano já há várias espécies entrando na pauta de liberações (eucalipto, cana etc.) e o grupo não vai dar conta de acompanhar tudo a fundo, vamos ter que eleger prioridades.

Uma prioridade que já está estabelecida é a questão do monitoramento pós-liberação comercial. Nos últimos dois anos as empresas vêm se empenhando em suspender a exigência de realizar esse monitoramento, e nosso esforço é no sentido de manter a obrigatoriedade, pois tendo que avaliar, vai ficando mais difícil encobrir os problemas.

Outra prioridade está ligada à pesquisa sobre o milho Bt NK603, da Monsanto, tolerante ao herbicida glifosato. O estudo demonstrou que ratos alimentados com o milho transgênico, bem como ratos expostos em sua dieta ao próprio glifosato, apresentam maior propensão ao desenvolvimento de tumores. A divulgação desse estudo puxa o debate sobre a reavaliação das plantas transgênicas que já foram liberadas. Os cientistas estão pressionando internamente na CTNBio, e também junto ao CNBS (Conselho Nacional de Biossegurança, composto por 11 ministros), para que se posicionem sobre a reavaliação.

Há também a questão das novas plantas transgênicas chamadas de “alternativas ao RR” – na verdade, uma nova oportunidade de mercado para as empresas concorrentes da Monsanto (Dow, Basf, Bayer etc.). Já estão na pauta de liberações da CTNBio a soja e o milho tolerantes ao herbicida 2,4-D. Isso tem que ser combatido, e a oportunidade estratégica é articular ações conjuntas com a campanha de agrotóxicos.

Este grupo de pesquisadores na CTNBio teve apoio do MDA nos últimos anos, que de maneira informal, apoiou a realização de reuniões. No final do ano passado houve um encontro com o ministro Pepe Vargas e ele aceitou oficializar o grupo, que se chama GEA - Grupo de Estudos em Agrobiodiversidade e envolve pesquisadores que estão na CTNBio e outros que já foram membros da Comissão e hoje continuam acompanhando a questão. Há a proposta de se organizar uma publicação e de se realizar um seminário com a presença do pesquisador francês Gilles-Eric Séralini (autor da pesquisa sobre o milho NK603). Há também a proposta de o GEA apoiar a preparação do III ENA, por exemplo, avaliando a dinâmica dos guardiões, os desafios e as estratégias de manutenção da biodiversidade.

Talvez o principal efeito da incidência sobre a CTNBio seja criar efeitos para fora, para que outros setores da sociedade olhem para a questão. A SBPC tratou do tema em seu congresso, o Conselho Nutricionistas já se posicionou oficialmente e o Consea entrou forte no debate sobre o feijão transgênico. No final ano passado, a Comissão de Meio Ambiente da Câmara convocou um debate com o mote dos 10 anos de liberação da soja transgênica e, a partir daí, foi criada uma comissão na Câmara para monitorar trabalho da CTNBio (teremos que acompanhar o andamento disso). Tudo isso só tem sido possível graças à atuação desse grupo que monitora a questão lá dentro.

Mas precisamos enraizar a Campanha, desenvolver estratégias de enfrentamento locais. E isso toca mais diretamente a ANA e o processo de preparação ao III ENA. Como os agricultores conseguirão se manter guardiões se há transgênicos no entorno? Precisamos olhar de forma mais detida para isso: como os agricultores estão fazendo, que estratégias podemos adotar? Mudança de época de plantio? Acordos coletivos regionais? Isolamento de áreas? Precisamos estudar e organizar a resistência, se não, não vamos conseguir resistir ao avanço brutal dos transgênicos.

No mês passado o jornal *Valor Econômico* publicou uma reportagem intitulada “[Produtores de transgênicos miram agricultura familiar](#)”. Cunharam a expressão “apartheid tecnológico no campo”, fazendo referência aos programas do governo de distribuição de sementes “de baixa qualidade”. É uma forma de atacar e colocar o governo na parede, buscando matar as iniciativas que permitem que experiências dos guardiões de sementes comecem a ganhar escala. Apenas 3% do orçamento do PAA são destinados às sementes – é uma experiência pequena, em escala quase experimental, mas é suficiente para incomodar a indústria, que coloca o governo em xeque. Temos então que demonstrar o contrário: os benefícios econômicos, para a saúde e para a conservação da agrobiodiversidade de se trabalhar com sementes crioulas.

A conexão entre a conservação da agrobiodiversidade e a ameaça dos transgênicos é muito clara e o desafio está colocado. Se não enfrentarmos esta questão e não conseguirmos comprovar e comunicar os benefícios da conservação e utilização de sementes crioulas, as poucas iniciativas que temos acabarão minguando.

--

Após essas três falas de atualização, foi aberto o debate entre os participantes da reunião. Segue abaixo uma síntese das falas mais representativas da discussão.

Transgênicos

- Precisamos aproximar, de maneira mais orgânica, a Campanha contra os transgênicos da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida. A primeira tem uma estratégia de ação muito clara, mas tem tido dificuldade para se enraizar. A segunda está alcançando grande repercussão, mas carece um pouco de estratégia, não está aprofundando temas como a necessidade de reavaliação pós-liberação comercial, a promoção da agroecologia etc.

- Temos que aproveitar a questão das lavouras tolerantes ao 2,4-D para unir as duas campanhas e travar uma batalha para impedir essa liberação. Podemos conseguir o apoio dos agricultores, inclusive de muitos agricultores que utilizam agrotóxicos, pois esse veneno tem uma imagem muito negativa.

- Devemos produzir um documento atualizado reunindo as propostas sobre a criação áreas de proteção da agrobiodiversidade (áreas livres de transgênicos).

Sobre a continuidade do GT-Biodiversidade

- Há claramente três grandes frentes de ação: a questão dos direitos, o incentivo às práticas de conservação das sementes crioulas e o acesso a sementes crioulas ou convencionais frente ao domínio dos transgênicos. Cada uma dessas frentes tem suas especificidades e mobiliza atores diferentes, mas precisamos buscar conexões e articular essas ações. Um dos caminhos nesse sentido é manter este grupo do GT-Biodiversidade ativo, articulando-se com as redes e mantendo regularidade no monitoramento sobre essas questões, o que demanda mobilizar recursos.

- Poderíamos também pensar na promoção da imagem das sementes crioulas associada à imagem da produção orgânica e agroecológica, puxando então a questão da diversidade e da bagagem cultural associada às sementes.

- Precisamos articular a agenda positiva, que está baseada nas ações locais, nas organizações que estão com a mão na massa em atividades de resgate, produção e venda de sementes crioulas e precisam ser fortalecidas, com a capacidade desses grupos sociais de se apropriarem do debate sobre os transgênicos, legislação e política. Esse é um grande desafio, pois a rotina tende a descolar uma coisa da outra e os grupos locais acabam não conseguindo se apropriar do debate para alargar a base. A dinâmica de construção do III ENA deve ter em vista este desafio. As organizações já têm para este ano suas agendas de ações associadas às sementes, mas elas estão pouco articuladas. Precisamos dar coerência a este movimento e articulá-lo ao esforço de monitoramento das políticas, dos direitos e dos transgênicos e ir formando âncora para a disputa de modelo. Este grupo do GT-Biodiversidade tem um papel fundamental nessa dinâmica.

- Há uma proposta de criação de faixa de proteção contra a contaminação por transgênicos em terras indígenas, associada à Política Nacional de Gestão Territorial. Os indígenas queriam essa faixa de proteção, mas a proposta foi encaminhada à Presidenta Dilma e o governo a retirou. Poderíamos pensar então em faixas de proteção internas, dentro das áreas indígenas, no sentido de preservar a agricultura tradicional que representa uma arca de proteção da biodiversidade.

- É preciso ter claro que a questão das sementes e mudas de espécies florestais nativas envolve muitas especificidades e que é complicado colocá-la “no mesmo bolo” das sementes crioulas. Há uma associação de mudas nativas no Rio de Janeiro, que vem discutindo a obrigatoriedade de inscrição das espécies no Renasem. É preciso cadastrar e acompanhar lotes de produção, há uma série de dificuldades burocráticas e trata-se de um caminho diferente daquele das sementes crioulas. A produção de mudas está seguindo os protocolos de produção de citrus, eucalipto etc., que têm um monte de regras fitossanitárias que cada vez mais restringem a produção de pequena escala. Colocar tudo no mesmo bolo pode acabar dando respaldo para que se inviabilize a produção de sementes crioulas.

Debate de encaminhamentos

No sentido de organizar a proposição de encaminhamentos para a atuação do GT-Biodiversidade e a preparação do III ENA, o grupo foi dividido a partir de três temas orientadores:

- 1 - Monitoramento dos direitos dos agricultores e campanhas
- 2 - Estudos e mapeamento de experiências
- 3 - Monitoramento da PNAPO

Segue abaixo uma síntese das propostas e encaminhamentos definidos coletivamente, a partir da contribuição dos subgrupos de discussão:

1 - Monitoramento dos direitos dos agricultores/as, povos e comunidades tradicionais e interface com as campanhas

- O Ministério do Meio Ambiente convocou a ANA a indicar cinco representantes (ASA, FASE, ANA, ABA e AS-PTA) para participar de reunião em Brasília com a FAO e o MMA sobre a regulamentação do Tirfaa no Brasil, no dia 27 de fevereiro. Esse grupo foi indicado e se encarregou de levar para a reunião a proposta de criação de um grupo de observação da implantação/normatização do Tirfaa no Brasil com financiamento do governo brasileiro.

- É preciso retomar o tema dos direitos, elaborar propostas e conseguir pontos de diálogo com o governo federal, embora haja poucas pessoas com acúmulo para o debate e carência de infraestrutura de trabalho. Podemos propor ações articuladas de denúncia sobre o risco de contaminação por transgênicos, entre outros riscos, remetendo à normatização dos direitos dos agricultores (combatendo a tendência de que a CNA estabeleça as diretrizes para essa normatização, em diálogo com o MAPA).

- Realizar levantamento/atualização do mapa de cultivo dos transgênicos – diálogo com a campanha Brasil Livre de Transgênicos para a produção de subsídios.
- Unir o debate acerca dos direitos dos agricultores com o relacionado a povos e comunidades tradicionais (como a Convenção OIT 169). Adiantar-se em relação ao que vem pelos PLs acerca das cultivares e patentes e ao mesmo tempo a promover a atualização do tema.
- Organizar seminário de reflexão e atualização do debate para a construção de subsídios juntamente com Consea e demais possíveis interlocutores no governo federal. É preciso mapear interlocutores entre os gestores/ministérios envolvidos e estratégicos: MDA, MMA e mesmo MAPA, que é ponto focal do TIRFAA, além do Ministério da Justiça, Ministérios da Saúde, Fóruns pertinentes e Ministério Público.
- Conversar com os movimentos sociais sobre a questão dos direitos, levantando uma pauta de desafios e possibilidades. Incluir também uma aproximação com o grupo de Ater.
- Fortalecer a ideia de territórios livre de transgênicos, assim como o direito de acesso a agrobiodiversidade de forma ampla (comércios locais).
- Mapear e considerar outras experiências internacionais de quem regulamentou as sementes crioulas e teve problemas.
- Buscar caminhos de menor burocratização do processo de produção e comercialização de sementes crioulas, a exemplo do protocolo seguido pela Conab.
- Retomar o debate acerca do seguro-safra para aqueles que utilizam sementes crioulas.
- Realizar atividades de formação dos agricultores/as, povos e comunidades tradicionais através de oficinas e feiras, produção de material de informação e realização de testes de contaminação por transgênicos.

2 - Estudos e mapeamento de experiências

Projeto com MMA para sistematização de experiências sobre sementes crioulas:

- Estamos negociando com o MMA um projeto de sistematização de experiências da agricultura familiar de manejo e conservação da agrobiodiversidade. A proposta é a de identificar práticas coletivas e territorializadas de resistência ao agronegócio e afirmação das sementes crioulas a partir de dimensões técnicas, metodológicas e políticas: como os grupos estão se organizando para resgatar, usar e defender a agrobiodiversidade em vista do avanço do agronegócio? Como têm interagido com as políticas públicas? Que metodologia têm utilizado para produzir conhecimentos, melhorar material e promover intercâmbio? Ainda não definimos um termo de referência, mas sim campos de observação das experiências, para que cada grupo, ao fazer sua própria observação, tenha um guia geral de observação. Será um processo de autoaprendizagem, cada grupo deverá abrir na sua agenda um tempo para se reunir e refletir sobre sua própria experiência. O projeto do MMA prevê a contratação de animadores para apoiar a sistematização. Não definimos quais experiências serão sistematizadas, mas consideramos que as doze apresentadas no GT-Biodiversidade em setembro de 2012, mais as

quatro apresentadas nesta Oficina, estariam contempladas (o projeto prevê, em princípio, entre 20 e 25 experiências). Haverá então um esforço de síntese, tirando aprendizados coletivos. Essas sistematizações devem ser realizadas de forma a aproveitar as caravanas e encontros estaduais que serão organizados no processo de preparação ao III ENA, e devem também alimentar o trabalho do monitoramento da PNAPO.

- Algumas organizações, como o CAA-NM, já estão prevendo ou preparando atividades de sistematização. Devemos aproveitar esses processos já previstos ou em curso.

- Na reunião realizada entre o GEA (grupo de monitoramento da CTNBio) e o MDA, o ministro Pepe Vargas sinalizou no sentido de apoiar um estudo nessa mesma linha. Podemos apresentar o mesmo projeto e avaliar como juntar esses esforços.

- Um grupo de pessoas do Rio de Janeiro (Paulo Petersen, Gabriel Fernandes, Denis Monteiro e Flavia Londres) se dispôs a elaborar e circular uma proposta de Termo de Referência para a sistematização de experiências.

- Propôs-se também que as organizações do GT-Biodiversidade indiquem pessoas chave em cada região para acompanhar esse projeto de sistematizações.

Consultorias com apoio da Conab

Temos possibilidade de mobilizar recursos da Conab para a realização de algumas consultorias sobre temas variados, com vistas a contribuir no processo de construção do III ENA.

Há um procedimento padrão, que envolve a decisão coletiva sobre a realização dos estudos e a elaboração de Termo de Referência, para apresentação à Conab. Na reunião de setembro/2012 pensamos em realizar uma avaliação mais profunda sobre três experiências com sementes crioulas, avaliando a constituição das experiências e sua interface com as políticas públicas. Definimos que fossem experiências diferenciadas, para que tivéssemos um escopo mais amplo de análise. Quem assumir essa consultoria poderá também apoiar a secretaria executiva da ANA no tema das sementes. A viabilização desses recursos permitirá esse apoio ao GT-Biodiversidade até novembro de 2013.

Não definimos ainda o escopo desses estudos e nem quais seriam os casos a serem sistematizados. Fizemos algumas consultas, com base nas experiências apresentadas aqui, em função do nível de complexidade e do que têm a ensinar, e pensamos que a experiência dos Krahô poderia ser um desses casos. Ela permitiria um vínculo e aproximação maior com grupos indígenas, que é um dos desafios da ANA para o III ENA.

A segunda experiência que se aventa sistematizar em maior profundidade é a do MCP, no Centro-Oeste, que é uma região onde ainda não fizemos nenhum estudo, e que tem interface com a pesquisa, com o PAA, tem uma base social ampla, ou seja, várias facetas de análise.

A terceira proposta é a sistematização da experiência da Rede de Sementes da ASA-PB, que é uma importante referência no semiárido.

Esse processo de contratação de consultorias tem tramitação demorada junto à Conab, portanto foi necessário avançar em algumas formulações para podermos avançar. Mesmo assim o processo está bastante atrasado.

3 - Monitoramento da PNAPO

- Será levada para a CNAPO a proposta de criação de uma Subcomissão de Sementes dentro da Comissão. Esse grupo teria como atribuições monitorar o andamento das ações sobre o tema, elaborar propostas para as políticas e manter as organizações informadas sobre o que está acontecendo no âmbito do PLANAPO.

- Precisaremos indicar as entidades que deverão compor essa Subcomissão de modo a já levar esses nomes para a reunião da CNAPO na próxima semana.

Animação do GT

- Precisamos renovar o grupo de e-mails do GT-Biodiversidade para redinamizar um processo de trocas de informações entre as organizações e dar fluência às discussões. Denis, secretário executivo da ANA, assumiu a responsabilidade de recriar a lista de e-mails.

- Propôs-se que a animação do GT seja realizada por um grupo que inclua pessoas que acompanham no dia a dia os três temas discutidos nesta Oficina (direitos, PNAPO e sistematização de experiências) e uma representação dos movimentos sociais. Nesse sentido, foram indicadas as seguintes pessoas: Flavia Londres (pela Secretaria Executiva da ANA), Gabriel Fernandes (membro da CNAPO) e Anderson Munarini, do MPA/SC (pelos movimentos sociais do campo). A Terra de Direitos e o CAA-NM ficaram de discutir e posteriormente indicar uma pessoa da área dos direitos para também compor este grupo.

- Tirou-se um indicativo de data para a próxima reunião do GT-Biodiversidade, a ser confirmado ao longo das próximas semanas: 07-08/05/2013.

Propostas para o PLANAPO

Ao final da manhã do dia 22 de fevereiro chegou ao conhecimento dos participantes da Oficina a proposta do Governo Federal para o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. A proposta foi lida e debatida entre os presentes. A partir dessa discussão, foi elaborado um conjunto de propostas que seriam então levados para a CNAPO em reunião na semana seguinte, em Brasília.

Segue abaixo uma síntese dos debates e das propostas definidas coletivamente pelo grupo:

- O Plano está montado a partir da reunião das ações que o governo já executa ou já planejava executar. Não há, assim, uma coerência de princípios e ações no conjunto. Não temos fôlego e nem ambiente político para negociar uma adequação geral ao Plano, portanto a estratégia será centrar a negociação nas questões mais delicadas e importantes.

Sobre a inclusão das sementes crioulas no Registro Nacional de Cultivares

- A inclusão das sementes crioulas no RNC (Registro Nacional de Cultivares) foi a questão considerada mais importante e problemática no PLANAPO. O RNC é um sistema moldado para que as sementes sejam um produto mercantilizado. A comercialização de sementes é importante, mas não pode ser nosso foco central, os princípios da produção agroecológica demandam que os materiais sejam diversificados e de livre uso. A inclusão das sementes crioulas no RNC em si é uma contradição, pois o registro prevê a manutenção das características genéticas, enquanto as sementes crioulas estão em permanente evolução.

- A lei não obriga o registro das sementes crioulas no RNC. Obrigar o registro através do PLANAPO seria até ilegal. Podemos pensar a questão sob outra ótica, a partir da importância da conservação *on farm*, e visando a reconstrução do Programa Nacional de Agrobiodiversidade. Outro caminho seria seguir a metodologia da Conab, que prevê testes de qualidade e de contaminação, e não um sistema de registro.

- Sequer o Cadastro Nacional de Sementes crioulas, criado pelo MDA, alcançou consenso entre as organizações da agricultura familiar. Muitas organizações colocaram-se contra o Cadastro, seja por temerem a apropriação privada indevida dos recursos genéticos e dos conhecimentos a eles associados, seja porque o sistema apresentava muitas falhas de funcionamento, ou simplesmente por acharem que a Lei de Sementes isenta as sementes crioulas de registro e, portanto, não faz sentido o MDA exigir o cadastramento. Não faz nenhum sentido, portanto, aceitarmos agora o cadastramento das sementes no RNC. O Registro poderá ser início da construção de um sistema que irá pouco a pouco restringir cada vez mais o trabalho com sementes crioulas. No sentido oposto, devemos afirmar a qualidade das nossas sementes e que não precisamos do Registro, que levará naturalmente a um estreitamento da base genética. Mas também nos interessa, por outro lado, estabelecer mecanismos de garantia da qualidade das sementes, como os testes de germinação e vigor e de contaminação por transgênicos.

- Uma alternativa para a garantia da qualidade das sementes crioulas poderia ser a criação de sistemas participativos de garantia, mas essa proposta também representa riscos, pois o processo de SPG estabelecido pelo MAPA é caro e burocrático. Além disso, a legislação reconhece que as compras diretas dispensam sistemas de certificação.

Sobre a conservação dos recursos genéticos locais

- É preciso entender melhor do que se trata esse Programa Nacional de Sementes e Mudanças Crioulas referido no Plano. Parece existir a intenção do governo de criar um programa com R\$ 55 milhões anuais, o que é muito importante e pode ser uma oportunidade para avançarmos. Mas é preciso ter cuidado: o programa fala na seleção das “30 melhores variedades”, o que significa passar a biodiversidade em um funil. O que aconteceria com as outras variedades, desapareceriam? Só na Paraíba, por exemplo, são manejadas mais de 100 variedades só de feijão, mais de 80 só de fava... E esse material está sendo manejado há mais de 100 anos, antes mesmo de a pesquisa se interessar pelo assunto. Essas variedades não precisam estar todas no PAA-Sementes, mas é preciso que haja estratégias para que esses materiais sejam mantidos e circulem localmente.

- Não podemos colocar o mercado antes da lógica da conservação – nem mesmo o mercado institucional. É preciso, entretanto, lembrar que a comercialização é importante para as organizações. Uma possibilidade seria criar um programa de conservação *in situ*, onde o mercado entraria, mas de forma diferenciada. E na esteira disso, poderíamos propor editais mais integrados, que não restrinjam o nosso público só ao mercado informal.

- Precisamos pensar em uma maneira de o Estado brasileiro reconhecer os guardiões de sementes como promotores da conservação ambiental. É preciso deixar mais claro o papel dos sujeitos, dos guardiões, a importância dos povos tradicionais para a conservação da agrobiodiversidade (isso não aparece na proposta do Plano).

- Além das áreas de proteção da agrobiodiversidade, devemos tentar garantir a criação de áreas livres de transgênicos no entorno de parques nacionais.

Sobre a produção de sementes de hortaliças

- Nas culturas de hortaliças, sobretudo, há um problema de fortíssima erosão genética. Precisamos encontrar formas de resgatar e reintroduzir materiais, e cobrar apoio do governo nesse sentido – talvez através de um programa nacional de restituição de variedades locais.

- Não existem sementes de hortaliças crioulas (e nem orgânicas) no mercado. O agricultor começa comprando semente convencional no mercado. Ele pode reproduzir essas sementes, mas elas não serão crioulas. Mas precisamos aprofundar essa questão: quanto tempo leva para essa semente se “acrioular”?

- Há também a questão da produção de sementes para o mercado de orgânicos. Para comercializar sementes no mercado, é preciso ter o registro no RNC. No caso das hortaliças, a questão talvez seja a de desburocratizar o registro no RNC, ou então deixaremos as empresas continuarem monopolizando o mercado. Hoje, quem produz hortaliças está comprando semente híbrida. Uma ideia que surgiu na Rede de Sementes Orgânicas de São Paulo foi a criação de uma lista nacional de sementes orgânicas disponíveis. Na Europa foi criada uma lista nacional com todas as sementes orgânicas.

- Poderíamos também propor a criação de mecanismos para que os agricultores que produzem sementes crioulas em sistema orgânico possam vender suas sementes para os produtores orgânicos.

- O IAC tem um enorme banco de sementes de hortaliças, que foram desenvolvidas nas décadas de 1960-1980. Os pesquisadores que desenvolveram essas variedades já se aposentaram ou morreram. Hoje não há pesquisadores trabalhando com essas sementes e a instituição não disponibiliza o acesso a elas. Dessa maneira, esses recursos genéticos vão acabar se perdendo. Precisamos pressionar para que as organizações tenham acesso a essas sementes.

ANEXO 1 – Lista de participantes

*Oficina sobre Sementes do GT-Biodiversidade da ANA
Rio de Janeiro, 20 e 21 de fevereiro de 2013*

NOME	ORGANIZAÇÃO	CONTATOS
Ana Carolina Brolo de Almeida	Terra de Direitos	(41) 3232-4660
Fernanda Monteiro	CAA-NM	(38) 8807-9612
James Cabral	Fase-MT	(65) 9973-8113
Patrícia Martins da Silva	Bionatur	(53) 8123-0055/3503-1264
Agnaldo Machado da Silva	MCP	(64) 9959-3509
Francisca Eliane de Lima	Rede Xique Xique	(84) 9945-0139
Danubia Martins de Oliveira	CPT/ASA	(83) 8859-2849
Francisco Rosa	Associação Floresta Protegida	(21) 8876-6803
Anderson Munarini	MPA/SC	(49) 9143-1020
André Emilio Jantara	AS-PTA/SC	(42) 8402-1511
Pedro Jovchelevich	ABD-SP	(14) 9671-5685
Terezinha Dias	Embrapa	(61) 9976 5604
Gabriel Bianconi Fernandes	AS-PTA	(21) 2253-8317
Luciano Marçal da Silveira	AS-PTA/ASA	(82) 9971-564
Francisca da Silva Nascimento	MIQCB	(86) 8131-0989
Flavia Londres	ANA	(21) 8734-0710
Darci Frigo	Terra de Direitos	(41) 3223-4660
Clênio da Silva Santana	COPABACS-AL	(82) 8830-2796
Luana Carvalho	SASOP	(71) 9201-0897
Francisco Hyjno Krahô	Funai	(63) 3439-1107
Claudia Schmidt	CPDA/UFRRJ	(21) 9724-5356
Paulo Petersen	AS-PTA	paulo@aspta.org.br
Denis Monteiro	ANA (Sec. Executiva)	secretaria.ana@agroecologia.org.br